



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA (UFPB)
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CCSA)
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE (DFC)
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ATUARIAIS (CAA)



MURILLO JOAQUIM DOS SANTOS OLIVEIRA

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA INFLUÊNCIA NA AQUISIÇÃO DE UM
PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

JOÃO PESSOA, PB

2019

MURILLO JOAQUIM DOS SANTOS OLIVEIRA

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA INFLUÊNCIA NA AQUISIÇÃO DE UM
PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

Trabalho de Conclusão de Curso para o curso de Ciências Atuariais na UFPB como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Atuariais.

Área de concentração: Finanças.

Orientador: Prof. Dr. Wenner Glaucio Lopes Lucena.

JOÃO PESSOA, PB

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48a Oliveira, Murillo Joaquim dos Santos.

A Educação Financeira e sua influência na aquisição de um plano de previdência complementar / Murillo Joaquim dos Santos Oliveira. – João Pessoa, 2019.

52f.

Orientador(a): Profº Dr. Wenner Glaucio Lopes Lucena.

Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Atuariais) – UFPB/CCSA.

1. Educação Financeira. 2. Previdência complementar. 3. Planejamento a longo prazo. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

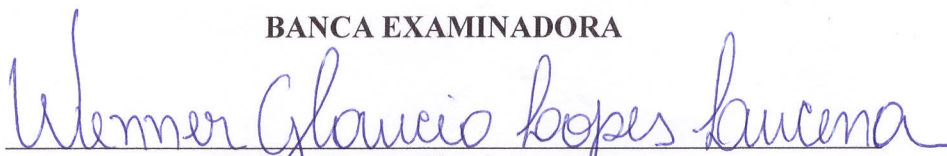
CDU:347.764(043.2)

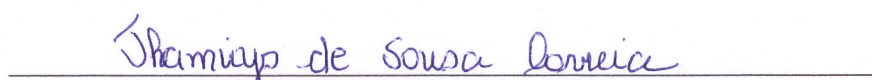
MURILLO JOAQUIM DOS SANTOS OLIVEIRA

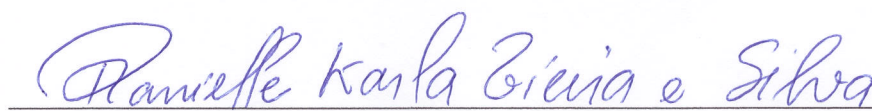
**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUA INFLUÊNCIA NA AQUISIÇÃO DE UM
PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

Trabalho de Conclusão de Curso para o curso de
Ciências Atuariais na UFPB como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel em Ciências Atuariais.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Wenner Glaucio Lopes Lucena
(Orientador)
Instituição: UFPB


Prof. Ma. Thamirys De Sousa Correia
Membro Avaliador (a)
Instituição: UFPB


Prof. Ma. Danielle Karla Vieira e Silva
Membro Avaliador (a)
Instituição: UFPB

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, pois sem sua extraordinária Graça nada sou.

A Maria da Penha, por todo amor, carinho, dedicação e um exemplo de vó.

Ao meu namorado, Leanderson, por sempre acreditar em mim.

Aos meus amigos do curso por todos os momentos que passamos juntos, mesmo em meio as adversidades, o nosso propósito manteve-se firme.

Em especial, quero agradecer a minha amiga Mariangela que esteve comigo em todo esse processo de construção deste trabalho, me dando forças, aconselhando-me a enfrentar todos os momentos.

Ao meu professor orientador, Wenner, por aceitar a orientação deste trabalho.

A minha chefe e amiga, Jacqueline Amaral, uma das atuárias que serve como inspiração para minha carreira.

A todos os professores que ao longo do curso me despertaram e me inspiraram sobre qual tipo de profissional almejo ser. Em especial a professora e amiga, Samara, que me fez sentir cada dia mais gosto pelo curso e a professora Ana Paola por ter estado ao meu lado em todo esse processo.

Obrigado a todos!

RESUMO

O presente trabalho objetiva identificar a percepção que os funcionários de uma entidade de saúde suplementar possuem sobre Educação Financeira, bem como sua influência na decisão de aderir um plano de previdência complementar. A amostra da pesquisa foi composta de 153 questionários respondidos, disponibilizado por *site* oficial da entidade, em formato de notícia, para qualquer funcionário que tivesse disponibilidade responder a pesquisa. Foi utilizada a ferramenta de Formulário do Google. Esse questionário passou previamente por um pré-teste e os funcionários responderam questões abrangendo o perfil do respondente, Educação Financeira, planejamento pessoal a longo prazo e, por fim, previdência complementar. Os resultados apontam que apenas 17% dos respondentes possuem um plano de previdência complementar, sendo estes indivíduos entre 25 e 30 anos, do sexo feminino, casadas ou com união estável, apresentam renda de 4 a 5 salários mínimos e já contribuíram de 1 a 3 anos. Dentre as justificativas, a maioria argumentou a capacidade do INSS não pagar a aposentadoria nos limites que necessitam, e os 83% que não possuem um plano de previdência complementar, em sua maioria também são do sexo feminino, bem como apresentam idade ente os 25 e 30 anos, casadas ou com união estável, porém apresentam renda de até 2 salários mínimos, e entre suas justificativas está o fato de não possuírem conhecimento suficiente sobre a previdência complementar. Diante do exposto acima, pode-se concluir que o grau de conhecimento sobre Educação Financeira com foco em previdência complementar para a amostra em análise é considerado baixo.

Palavras-chave: Educação Financeira. Planejamento a longo prazo. Previdência Complementar.

ABSTRACT

The present work has the goal to identify the perception about Financial Education, as well as its influence on the decision to acquire a complementary pension plan, with employees from an entity for supplementary health. The research sample is made of 153 filled questionnaires, they were available on the entity's official website, in news format, to whoever employee whom would've had availability to participate in the research. The research instrument was made using the Google Forms tool. This questionnaire was previously pre-tested and employees answered questions covering the respondent's profile, Financial Education, long-term personal planning and, lastly, complementary pension. Results show that only 17% of respondents have a complementary pension plan, these individuals are between 25 and 30 years old, women, married or in a stable union, each present a total income between 4 and 5 minimum wages and have already contributed to the INSS for 1-3 years. Among the justifications to acquire complementary pension, most of respondents argued the INSS's inability to pay for retirement according to their limits. The 83% of respondents who doesn't have a complementary pension plan, are mostly women, between 25 and 30 years old, married or in a stable union, however, they present an income up to 2 minimum wages. Among the justifications to not acquire complementary pension, there's the fact that they don't have enough knowledge about this issue. Given what's exposed above, it can be concluded that the degree of knowledge about Financial Education with focus on complementary pension is low to data sample.

Key-words: Financial Education. Long term planning. Complementary Welfare.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Tema e Problema de Pesquisa	10
1.2 Objetivos.....	11
1.2.1 Objetivo Geral	11
1.2.2 Objetivos Específicos	12
1.3 Justificativa.....	12
1.4 Estrutura da Pesquisa.....	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 Educação Financeira.....	14
2.1.1 Educação financeira no Brasil	16
2.2 Relação da Alfabetização Financeira e Educação Financeira	17
2.3 Planejamento Financeiro	18
2.4 Sistema Previdenciário Brasileiro	19
2.4.1 Previdência Complementar no Brasil	21
2.4.2 Previdência Complementar Aberta.....	22
2.4.3 Previdência Complementar Fechada	24
3 METODOLOGIA	26
3.1 Classificação da Pesquisa	26
3.2 População e Amostra da Pesquisa	26
3.3 Pré-teste	26
3.4 Aplicação do Questionário	27
4 ANÁLISE DE RESULTADOS	29
4.1 Primeiro bloco – Perfil pessoal.....	29
4.2 Segundo bloco – Perfil financeiro	30
4.3 Terceiro bloco – Planejamento financeiro.....	35

4.4 Quarto bloco – Previdência complementar	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa.....	49

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e Problema de Pesquisa

Pesquisa realizada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), em setembro de 2018, com 3.374 pessoas em todo o Brasil, tendo como público-alvo pessoas com idade a partir dos 16 anos, economicamente ativas ou aposentadas, mostrou que 40% dos brasileiros não conseguem fazer sobrar dinheiro, devido ao fato de toda a renda ser revertida para as contas do mês. Outros 25% responderam que poupam sempre que sobra, mesmo que pequenas quantidades, e por fim ainda 10% dos brasileiros que não se preocupam em guardar dinheiro.

Conforme Matta (2007), a educação financeira aborda o conjunto de informações com o intuito de melhorar a compreensão em relação ao dinheiro e produtos com informação, formação e orientação, com gastos e empréstimos monetários, poupança e investimento a curto e longo prazo. Corroborando com este autor, Borges e Tide (2010) apontaram que a falta de planejamento a longo prazo e alto grau de endividamento são decorrentes da falta de educação financeira, enquanto que o indivíduo que tem conhecimento sobre o assunto, tende a acertar na gestão de suas finanças pessoais, as controlando e gerenciando de maneira mais efetiva, evitando a geração de dívidas.

Educação Financeira não se trata apenas de ensinamentos técnico e teórico, nem tão somente de atitudes práticas que abordem o assunto, se educar financeiramente serve como guia para o desenvolvimento de habilidades correlacionadas a tomadas de decisões fundamentadas que visem a futura tranquilidade econômica, desfrutando de uma aposentadoria planejada e estando bem preparado para eventuais imprevistos.

Entre princípios estabelecidos pela OCDE (2005) e agrupados por Savoia *et al* (2006), destaca-se que os programas de Educação Financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, devem estar adequados à realidade nacional, podendo incluir em seu conteúdo aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, bem como de aposentadoria. Os indivíduos que estão prestes a se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão para que possam agir apropriadamente em busca da defesa de seus interesses.

Nessa linha, Camargo (2007) afirma que a educação financeira reflete na administração do dinheiro. A gestão financeira pessoal ou o planejamento financeiro pessoal tende a encaminhar-se por uma estratégia mais ou menos deliberada e dirigida para a manutenção ou

acumulação de bens e valores, formando o patrimônio de uma pessoa, bem como de sua família, podendo ser voltada para curto, médio ou longo prazo, e visando garantir a tranquilidade econômico-financeira do indivíduo.

Segundo Mallman, (2004), o entendimento da Educação Financeira incentiva a necessidade ao contexto previdenciário que tem sido constantemente discutida no Brasil e no mundo pela importância que adquiriu ao longo do tempo. A necessidade de manter o padrão de vida das pessoas após sua aposentadoria e a definição de quem é o responsável pelo seu custeio são os principais eixos da discussão. Partindo-se da sua análise de resultados, cerca de 62,5% dos seus entrevistados levaram em consideração que o fato de não possuírem uma previdência complementar deve-se unicamente ao fato de sua capacidade de poupar, enquanto outros 37,5% dos entrevistados afirmaram não ter conhecimento sobre tal.

Conforme Savoia (2001), a expansão do regime de previdência complementar consolidará uma modalidade de poupança interna, com perfil de longo prazo, de tamanha necessidade ao desenvolvimento econômico e social do país. Contribuindo com o pensamento, Lusardi e Mitchell (2007) afirmam que educação financeira e o planejamento para a aposentadoria são termos relacionados, logo, o hábito de poupar dos indivíduos estaria intimamente ligado a uma maior educação financeira.

Para Bernheim e Garret (2003), os programas de educação financeira proporcionaram a partir da década de 80 um maior aprofundamento construindo um pensamento mais centrado economicamente no controle de gastos supérfluos e planejamento financeiro, o que causou um aumento da adesão de trabalhadores a planos previdenciários, proporcionando a esses indivíduos uma garantia de renda futura.

Com base no exposto, o presente trabalho buscará responder à seguinte questão de pesquisa: **Qual a percepção que os funcionários de uma entidade de saúde suplementar possuem sobre Educação Financeira e sua influência na decisão de aderir um plano de previdência complementar?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar a percepção que os funcionários de uma entidade de saúde suplementar possuem sobre Educação Financeira, bem como sua influência na decisão de aderir um plano de previdência complementar.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Traçar o perfil dos funcionários da entidade;
- Verificar o nível de educação financeira dos funcionários da entidade;
- Constatar se os funcionários possuem previdência complementar;
- Identificar quais motivos contribuem para a aquisição da previdência complementar.

1.3 Justificativa

Segundo a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) realizada em julho de 2017, o percentual de famílias que declararam ter dívidas chegou a 57,1% em julho de 2017. Chama a atenção para a importância de uma boa educação financeira, que irá permitir ao cidadão analisar e controlar o nível de endividamento de seu orçamento seja ele pessoal ou familiar, e além desses controles, o planejamento a longo prazo para garantir seu padrão de vida em sua velhice.

Dessa forma, o envelhecimento populacional terá como consequência uma proporção cada vez menor de trabalhadores ativos por aposentados nos próximos anos. Esse quadro futuro pode ameaçar o funcionamento dos planos previdenciários atuais, característicos do sistema público de previdência. Por este motivo, a tendência é a de que a responsabilidade pela aposentadoria seja transferida a cada dia do Estado para os indivíduos. Isso aumenta a importância da Educação Financeira, do planejamento financeiro e previdência complementar para garantir a renda futura.

O presente trabalho busca elencar as consequências da educação financeira e suas relações diretas com a adesão de um plano de previdência complementar e a forma como podem refletir diretamente no padrão de vida de um indivíduo em sua velhice. A população, as instituições de previdência e o governo podem se beneficiar das pesquisas e discussões acerca da educação financeira no âmbito previdenciário, bem como dos seus impactos para embasar possíveis soluções nessas áreas em decorrência do cenário previdenciário brasileiro atual.

1.4 Estrutura da Pesquisa

O trabalho está estruturado em cinco partes. Após esta introdução, tem-se o referencial teórico, que aborda os conceitos de educação e alfabetização financeiras; em seguida, tem um

breve histórico da previdência complementar, com seus conceitos, leis, regulamentos e classificações, posterior, é abordado o tópico da Metodologia, onde são citados os procedimentos que serão utilizados na realização deste estudo, apresentação dos resultados e discussão e por fim apresenta-se as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação Financeira

Segundo a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Educação Financeira se conceitua no processo pelo qual consumidores e investidores melhoram seu entendimento acerca de conceitos e produtos financeiros, a fim de que desenvolvam habilidades e confiança para conhecerem melhor os riscos e as oportunidades financeiras que lhes surgem para que, assim, tomem decisões fundamentadas que contribuam para melhorar seu bem estar financeiro. (OCDE, 2005)

Para Coutinho e Teixeira (2015) a Educação Financeira consiste em buscar uma melhor qualidade de vida tanto hoje quanto no futuro, proporcionando a segurança material necessária para obter uma garantia para eventuais imprevistos. Pode-se entendê-la como um conjunto de informações básicas sobre como fazer a melhor gestão do próprio dinheiro, ou seja, de modo geral, usar o dinheiro de forma eficaz visando atingir objetivos mais rapidamente.

Alves e Bandeira (2012) entendem por educado financeiramente o indivíduo que, enquanto consumidor e potencial investidor, vai adquirindo embasamento e ganhando confiança, estando atento a eventuais riscos e oportunidades financeiras, o que, mais à frente, lhe proporcionará a tomada de decisões autônomas e conscientes, consequentemente lhe conduzindo ao bem-estar financeiro.

De acordo com Fonseca (2014), a maior parte dos consumidores não compreendem como tais gastos podem levá-los ao endividamento e a inadimplência. Reforçando assim, a necessidade de uma gestão financeira pessoal, pois a mesma promove o controle, análise e planejamento de forma assertiva para tomada de decisões, sendo por meio do conhecimento que devem ser transmitidos ao longo da vida para formar consumidores conscientes e responsáveis sobre suas finanças.

Para Savoia, Saito e Santana (2007), a educação financeira, no Brasil, se encontra em estágio de desenvolvimento, estando em situação inferior aos Estados Unidos e ao Reino Unido. Para Pinheiro (2008), que compartilha do mesmo pensamento, a população brasileira, assim como a mundial, carece de melhor compreensão acerca desse produto, e esse *déficit* pode acarretar consequências importantes para o bem-estar do indivíduo e para o desenvolvimento socioeconômico do país.

O conhecimento financeiro depende de acesso às informações, mas, também, do interesse em conhecer e compreender as variáveis econômicas. Estudos realizados nos Estados

Unidos mostram que, mesmo pessoas com nível universitário, apresentam baixos níveis de conhecimento financeiro (LUSARDI, 2007).

Nesse sentido, Savoia, Saito e Santana (2007) complementam que na sociedade contemporânea, os indivíduos precisam dominar um conjunto amplo de propriedades formais que lhes proporcione compreensão lógica e sem falhas das forças que influenciam o ambiente e as suas relações com os demais. O domínio de parte dessas propriedades é adquirido por meio da educação financeira, em um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais.

Segundo pesquisa da *Standard and Poor's* (S&P), em abril de 2016, os cinco países que mais investem nessa área no mundo são Noruega, Dinamarca e Suécia (com 71% da população educada sobre o tema), Israel e Canadá (com 68%). Ainda assim, mundialmente, apenas 35% dos homens e 30% das mulheres dominam a área.

Após pesquisa realizada em oito países sobre o tema de Educação Financeira, Lusardi e Mitchell (2011) concluíram que o analfabetismo financeiro é generalizado, e independente do nível de desenvolvimento econômico do país em questão. As mudanças econômicas não trouxeram benefícios ao conhecimento financeiros dos indivíduos, sugerindo que existe um limite para a aprendizagem de forma individual.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2013, 45 países de diferentes níveis de renda criaram uma estratégia nacional de educação financeira e/ou avançaram em projetos relacionados ao tema. No âmbito dos países do G20, de modo especial, as estratégias nacionais de educação financeira têm se proliferado; cerca de metade deles já desenvolveu uma estratégia: Austrália, Brasil, Japão, Holanda, África do Sul, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos estão na lista. Contudo, é notório o quão importante se faz a educação financeira na vida das pessoas e para a organização de um país, isto é, a utilização de informações para organizar um planejamento financeiro que garanta um consumo saudável, um futuro equilibrado nas finanças pessoais, uma economia estável e uma população mais consciente são efeitos positivos do que este segmento tem a oferecer.

Para Braunstein e Welch (2002) além do benefício pessoal, a Educação Financeira favorece o melhor desenvolvimento do mercado financeiro, uma vez que o estimula a oferecer melhores serviços, ou seja, participantes informados ajudam a criar um mercado mais competitivo e eficiente, conseqüentemente, consumidores conscientes demandam por produtos condizentes com suas necessidades financeiras de curto e longo prazo.

2.1.1 Educação Financeira no Brasil

Fábio e Marcos (2012) em pesquisa elaborada para discussão pelo Banco Central do Brasil abordam que no Brasil a necessidade da educação financeira é de alta importância devido ao fato dos serviços financeiros oferecidos no mercado, as novas tecnologias para acesso e comercialização, o aumento da expectativa de vida da população e as reformas nos sistemas previdenciários que gradualmente transferem dos governos para os cidadãos a responsabilidade sobre sua aposentadoria. É fato que 3 em cada 4 famílias brasileiras sentem alguma dificuldade para chegar ao final do mês com seus rendimentos (IBGE, 2010).

Complementando o pensamento acima, um estudo realizado em todas as capitais do Brasil pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) junto à Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) em janeiro de 2018 revela que: 45% dos brasileiros admitem não fazer um controle efetivo do próprio orçamento, percentual que sobe para 48% entre as pessoas das classes C/D/E e para 51% entre os homens. Entre os que fazem uma administração precária do orçamento, 21% confiam na própria memória para gerir os recursos financeiros.

Em dados levantados pela Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) no ano de 2016, foram levados em conta conceitos divididos em três pilares: conhecimento, comportamento e atitude, e em todos o Brasil teve baixo desempenho, ficando na 27^a colocação geral, em comparação a outros países.

O governo ainda desdenha no tocante à educação financeira, o que torna os efeitos ainda incipientes. Em 2007, o governo brasileiro constituiu um grupo de trabalho com representantes do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), coordenadora do Grupo de Trabalho (GT), da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), com o intuito de uma proposição de Estratégia Nacional de Educação Financeira, prevendo a promoção de um inventário nacional de ações e de projetos na área para o país, além de uma pesquisa para mapear o grau de conhecimento financeiro da população brasileira.

No Brasil, foi criado, em 2012, o Indicador de Educação Financeira (IndEF), elaborado e calculado pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) Inteligência em parceria com a Serasa Consumidor. O objetivo por trás deste indicador é melhorar o entendimento acerca dos níveis de conhecimento financeiro da população, bem como seus hábitos de consumo e suas necessidades financeiras, elaborando estratégias que visem melhorar a relação dos indivíduos com o dinheiro (INDEF, 2014).

Dessa forma, se mostra necessária a elaboração de estudos que venham evidenciar a importância da Educação Financeira para que as decisões sejam tomadas com maior propriedade, no tocante às finanças pessoais de todas as idades, para que, assim, os indivíduos obtenham um padrão de vida de maior qualidade.

Diante desse cenário, o governo brasileiro decidiu seguir a trilha de outros países e, em 2010 instituiu a ENEF, Estratégia Nacional de Educação Financeira. De acordo com o Banco Central do Brasil (BACEN, 2018), seu objetivo é fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes. Juntos, os representantes dessas organizações desenvolveram uma série de documentos para nortear as ações e práticas de educação financeira no país. Com base nesses materiais, qualquer pessoa física ou jurídica que deseje implementar ações de educação financeira em sua comunidade, empresa ou escola pode se orientar nos princípios, diretrizes, conteúdos e metodologias da ENEF.

Assim sendo, é observado que, com o passar dos anos, a conjuntura do mercado financeiro vai sendo alterada, fazendo com que mais pesquisas venham sendo feitas, atraindo mais pessoas curiosas pelo tema de educação financeira, no Brasil, o que gera maior abertura para que este assunto seja discutido em espaços escolares e universitários.

2.2 Relação da Alfabetização Financeira e Educação Financeira

Deve-se ter cuidado ao analisar termos do meio financeiro, principalmente esses dois expostos neste tópico. Embora ambos sejam bastante parecidos, não possuem a mesma definição e essência; todavia, um encaminha para o outro, ou seja, sem um não se tem o outro.

Huston (2010) afirma que, frequentemente, o termo “alfabetização financeira” tem sido confundido com “educação financeira” ou “conhecimento financeiro”. Para a autora, há uma linha tênue que segrega esses termos, indo à alfabetização financeira além da educação financeira, pois esta segunda exige que os indivíduos detenham o entendimento (educação ou conhecimento), bem como saibam aplicá-lo corretamente.

Conforme Xu e Zia (2012), a Alfabetização Financeira abrange diferentes conceitos. Dentre eles, a sensibilização e o conhecimento sobre finanças, os produtos financeiros, as instituições, as habilidades pessoais, a capacidade de gestão do dinheiro e o planejamento financeiro. Corroborando com o pensamento anterior, Criddle (2006) afirma que a alfabetização financeira não se resume a checar contas bancárias ou construir orçamentos para uma poupança futura, entretanto, a alfabetização envolve a escolha de alternativas para estabelecer objetivos financeiros e a reflexão sobre o próprio dinheiro.

Para Hung, Parker e Yoong (2009), a alfabetização financeira pode ser esclarecida a partir de algumas variáveis: conhecimento financeiro, atitude financeira, comportamento financeiro e habilidade financeira, onde estas correlacionam-se. Por exemplo, o conhecimento financeiro coordena as atitudes, que, por sua vez, influenciam o comportamento de gestão financeira.

Segundo Lucena e Marinho (2013), o conhecimento sobre educação financeira permite ao indivíduo um maior controle e organização de sua renda. Neste pensamento, a educação financeira tem uma colocação de suma importância na gestão do orçamento pessoal. O que pode contribuir para a destinação e classificação de despesas, uma boa gestão e projeção de receitas orçamentárias pessoais e familiares.

Para Augustinis, Costa e Miranda (2012) quando o termo Educação Financeira é colocado em pauta, é possível defini-la de forma absoluta, isto é, compreendendo um padrão de conhecimento que seja considerada importante para todos os consumidores, onde os padrões variam de pessoa para pessoa de acordo com as habilidades, necessidades e experiências.

Visto tanto o conceito de educação e alfabetização financeira separados, a OCDE (2011) traz um conceito correlato entre ambos os termos, sendo alfabetização financeira uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para que os indivíduos tomem suas decisões financeiras e, finalmente, alcancem seu bem-estar financeiro; sendo a educação financeira um processo de desenvolvimento de habilidades que facilitam que as pessoas tomem decisões acertadas. Portanto, pode ser dito que a educação financeira tem relação com o conhecimento, enquanto que a alfabetização financeira envolve, além do conhecimento, o comportamento e a atitude financeira dos indivíduos.

2.3 Planejamento Financeiro

Segundo pesquisa do Banco Central do Brasil realizada em janeiro de 2018, 56% da população brasileira não faz nenhum tipo de planejamento, ou seja, uma parcela de 56% da população não se preocupa em aprimorar seus conhecimentos de educação financeira, não compreendendo que o planejamento é de suma importância, desde o âmbito doméstico até o cuidado com a conservação do seu padrão de vida ao fim da sua atividade laboral.

De acordo com o autor Camargo (2007), planejar é estar preparado para solucionar ou antever situações futuras, é garantir que os seus objetivos não serão prejudicados por acontecimentos inesperados, bem como planejamento financeiro significa a formação de

estratégias e objetivos no âmbito financeiro, visando atingi-los para manter um padrão de vida ou poder ter maiores conforto e estabilidade.

O planejamento financeiro caracteriza-se como auxílio às pessoas e/ou às famílias para adequar suas rendas às suas necessidades, no entanto, para que isso aconteça, é fundamental que todos os envolvidos que estão sujeitos ao orçamento tenham noção de valores, metas e prazos para a realização do mesmo (GIARETA, 2011).

Em pleno século XXI, é imprescindível que todos tenham consciência da importância de discutir Educação Financeira e seus significados no tangente às ideias que giram em torno do consumo, do planejamento financeiro e das decisões coerentes que devem ser praticadas pelos indivíduos consumidores ao adquirirem determinados produtos ou serviços, para que não sejam iludidos pelo mercado, além de exercitar o hábito de manejar os objetos matemáticos de cunho financeiro-econômico, sendo esses imprescindíveis (KISTEMANN JR. 2012).

Godoy, Medina e Gazel Junior (2006) afirmam que o segredo para todo e qualquer orçamento é ter o menor custo possível, pois é a partir deste que se determina o padrão de vida, ou seja, se determinados custos possuem elevado nível em um orçamento, conseqüentemente, as receitas também terão que ser em alto patamar. Complementando, o autor Segundo Filho (2008) afirma que o planejamento financeiro deve começar a ser realizado o quanto antes, pois esta iniciativa gera melhores resultados e mais tempo para aproveitar de forma mais tranquila o período da aposentadoria.

Corroborando com o que já fora dito, Luzardi (2008) afirma que a prática de apenas uma pequena fração dos domicílios consultarem assessores financeiros, banqueiros, contadores públicos e outros profissionais, enquanto a maioria das famílias depende de fontes informais de conselho, é o que leva às más decisões financeiras.

Cherobim e Espejo (2010) explanam que a elaboração de um orçamento pessoal pode ser o primeiro passo para a conquista de uma vida financeira tranquila, sendo preciso, porém, ter consciência acerca da importância de um planejamento de suas finanças.

Assim como em uma empresa, há a necessidade que as pessoas tenham conhecimento de suas fontes de receita e despesas. O objetivo de todo esse controle traduz o fato de estabelecer prioridades, definindo com antecedência onde gastar menos e qual será o destino da receita mensal.

2.4 Sistema Previdenciário Brasileiro

Os sistemas previdenciários desenvolveram-se a partir do reconhecimento de que toda pessoa tem direito a um nível de vida digno, principalmente quando, por circunstâncias independentes à sua vontade, perde sua capacidade de gerar renda, e, assim, de garantir a sua subsistência (BELTRÃO *et al*, 2004).

Conforme Caetano e Miranda (2007), os gastos brasileiros com previdência são altíssimos; comparado entre 113 países, o Brasil ocupa a 14ª posição, situando-se junto a países europeus com população mais envelhecida e que são conhecidos por suas extensas redes de proteção social, tais como Itália, Alemanha, França, Suíça, Bélgica e Suécia.

A partir da análise de Amaro (2000), após anos de debates, a reforma da previdência social brasileira, empreendida em dezembro de 1998, estabeleceu as bases para a consolidação do citado modelo previdenciário. Assim, o Brasil optou por aperfeiçoar e modernizar os regimes previdenciários existentes. Seguindo o procedimento adotado nos demais países latino-americanos que reformularam seus sistemas de previdência, a maior parte das medidas adotadas destinou-se a tornar o regime mais progressivo, menos injusto e com maior correlação entre contribuições e benefícios, tendo como principal objetivo de a reforma tornar o sistema atuarialmente viável a longo prazo.

De acordo com Carbone (1994), é possível definir a previdência em três conceitos, ou seja: para uns, a previdência seria apenas um seguro obrigatório com o objetivo de repor a renda do indivíduo ou grupo familiar no final de sua capacidade laborativa; para outros, a previdência, além de proporcionar uma razoável reintegração da renda, deverá garantir um padrão de vida razoável aos inativos; e, por fim, há os que veem esse tema como um sistema assistencial e redistributivo, em que as contribuições devem ser pagas conforme disponibilidade, e os benefícios recebidos conforme a necessidade momentânea.

Conforme Caetano e Miranda (2007), o pagamento de aposentadorias e pensões para os setores público e privado absorve 12% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, isto é, a cada R\$ 10,00 produzidos no país, mais de R\$ 1,00 é alocado ao pagamento dos benefícios previdenciários.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2004), o sistema previdenciário brasileiro possui três pilares, os quais, a partir deles, se subdividem, sendo eles: a Previdência Social Básica, tida como primeiro pilar, possuindo caráter compulsório e sendo dirigida pelo Estado, que é subdividida em Regime Geral da Previdência Social (RGPS) – que garante assistência aos empregadores, aos empregados assalariados, aos domésticos, aos contribuintes individuais e aos trabalhadores rurais – e em Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) – que assiste os funcionários públicos das várias esferas (Judiciária, Legislativa

e Executiva – civis e militares) e dos vários níveis administrativos (federal, estadual e municipal); a Previdência Complementar (PC), que possui caráter facultativo e desvinculado da previdência pública (RGPS e RPPS), conforme previsto no art. 202 da Constituição Federal, sendo esta subdividida em Previdência Complementar Fechada – sendo segundo pilar; e por fim, Previdência Complementar Aberta – terceiro pilar.

Oliveira, Pasinato e Peyneau, (2000) afirmam que apesar das previdências complementares aberta e fechada serem bem parecidas, o resultado final se distingue bastante. A previdência aberta disponibilizada por bancos e seguradoras podem ser adquiridas por qualquer pessoa física ou jurídica, enquanto a previdência fechada feita para empresas ou associações são de uso exclusivo de seus funcionários e/ou associados.

2.4.1 Previdência Complementar no Brasil

Segundo a ANAPP (2007), o aumento da expectativa de vida, as transformações na macroeconomia, estabilização econômica, mudanças do mercado de trabalho e a indefinição por reformas no sistema previdenciário oficial vem ganhando cada vez mais seu espaço em meio a pautas nas agendas dos políticos brasileiros e como consequência, evidencia a necessidade de investimento para essa modalidade de aposentadoria.

O que, antes, parecia ser assunto apenas de políticos ou pessoas com conhecimento profundo na área previdenciária e/ou econômica, hoje, tem se tornando comum em conversas informais entre amigos e vem ganhando espaço em matérias de jornais. No entanto, ao contrário do que alguns possam pensar, o método de complementação de aposentadorias, conhecido como previdência privada ou complementar, não é nenhuma novidade.

A previdência privada começou há muito tempo no Brasil, segundo Póvoas (1990), quem inspirou a Previdência Social – pública e compulsória. A mesma foi, ainda, operada sem as necessárias bases legais, baseada, quase que exclusivamente, em concepções coletivas, nascidas das necessidades individuais, sendo entendida como mutualismo.

Oliveira, Pasinato e Peyneau (2000) afirmam em suas pesquisas, que dentre alguns marcos iniciais importantes sobre essa modalidade de previdência, é importante destacar que o início, no Brasil, se deu através da criação da Caixa de Aposentadorias e Pensões (CAP) do Banco do Brasil, em 1904. Entretanto, seu desenvolvimento teve início a partir da sua regulamentação, que ocorreu na década de 70, com a Lei 6.435/77, com a expansão de grandes empresas estatais e a criação de seus fundos de pensão.

Seguindo a Lei nº 6.435, esta define, já em seu primeiro parágrafo, que Entidades de Previdência Privada são aquelas que possuem como objetivo a instituição de planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou de igual natureza aos da previdência social, conjuntamente com a contribuição dos participantes, dos respectivos empregadores ou ambos.

Já Ricioli (2001) argumenta que a previdência privada é um sistema de complemento da aposentadoria oficial, baseada no conceito de uma reserva financeira, ou seja, uma poupança a longo prazo que pode retornar ao poupador na forma de saque total ou retornar como benefício, a ser recebido por determinado período ou de forma vitalícia.

O objetivo da Previdência Complementar, em outras palavras, é o de complementação de benefícios e serviços do Seguro Social básico. Trata-se, portanto, de uma escolha individual, exercida a partir das preferências dos segurados e sujeita às restrições de seu poder aquisitivo, sendo operada pelo setor privado.

Conforme Arruda (2004), o regime de previdência privada é formado por duas subdivisões: a previdência privada prestada pelas entidades abertas de previdência complementar e a previdência privada prestada pelas entidades fechadas de previdência complementar. A previdência privada fechada é voltada aos trabalhadores de determinada empresa ou grupo de empresas, tendo como objetivo complementar os benefícios concedidos pelo regime geral de previdência social, com o intuito de manter o padrão de vida anterior à inatividade e à prestação de assistência aos beneficiários e a previdência privada aberta é voltada a qualquer pessoa que queira contratar as entidades que ofereçam tais serviços, sendo as entidades abertas constituídas unicamente sob a forma de sociedades anônimas (art. 36 da LC nº. 108/01). A finalidade da entidade aberta é a instituição e a operação de planos de benefícios de caráter previdenciário, concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.

Consoante Canuto e Fernandes (2003), o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, a queda do índice de natalidade no país e a economia informal são alguns dos motivos que estão levando os brasileiros a buscar, cada vez mais, planos de previdência complementares aposentadoria oficial. Um plano de previdência privada pode ser flexível de acordo com o perfil de investimento do contribuinte, pois oferece diferentes opções de valor e tempo de contribuição, além da data em que o benefício começará a ser pago.

2.4.2 Previdência Complementar Aberta

Em conformidade com o autor Ritter (2007), as entidades de previdência complementar aberta são pessoas jurídicas, constituídas unicamente sob forma de sociedade anônima, que possuem o objetivo de instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário, concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a qualquer pessoa física.

De acordo com Póvoas (1990), as instituições abertas permitem a participação de qualquer indivíduo que pense em investir com a finalidade de complementação da renda na aposentadoria. Pinheiro (2007) também enumera que as entidades de previdência complementar aberta são destinadas a pessoas que desejam obter um plano de previdência, não possuindo restrições nem exigências ao aderir ao(s) plano(s), com exceção dos aportes regulares que são feitos frente às contribuições requeridas ao plano de benefícios. Por mais que possam haver condições especiais para certos tipos de grupos, o participante vincula-se em caráter individual, podendo ter ou não fins lucrativos, e organizadas sob a forma de sociedades anônimas, quando com fins lucrativos, e como sociedades civis e fundações, quando sem fins lucrativos.

Complementa o IPEA (2004): os planos abertos podem ser aderidos por qualquer pessoa, inclusive funcionários de uma empresa ou conglomerado que, por razão própria deste, prefira não ter seu fundo próprio, encaminhando os funcionários para um plano aberto, não havendo, de forma legal, nenhum impedimento.

De acordo com Oliveira, Pasinato e Peyneau (2016) O órgão responsável por fiscalizar e supervisionar as entidades abertas de previdência complementar é a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 73, de 1966. A SUSEP é uma autarquia da administração pública indireta federal brasileira que, além de ser responsável pela previdência complementar aberta, fiscaliza, controla e autoriza o mercado de seguros, capitalização e resseguros do Brasil.

Conforme Arruda (2004) as entidades abertas de previdência complementar possuem dois tipos de planos previdenciários privados: os individuais, contratados por pessoas físicas e tendo por objetivo garantir benefícios previdenciários em seu favor ou de seus beneficiários; e os coletivos: aderidos pela pessoa jurídica que tem objetivo de garantir benefícios previdenciários a grupos de pessoas vinculadas, direta ou indiretamente, por relação lícita à pessoa jurídica contratante, sendo a característica fundamental desse plano é o contrato previdenciário celebrado entre uma pessoa jurídica de qualquer natureza e uma entidade aberta de previdência complementar, o qual define os direitos e obrigações de ambas as partes.

Consoante dados da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em agosto de 2018, os indivíduos que aderirem a um plano de previdência complementar aberta devem estar

cientes que esta pode oferecer os planos de benefícios: Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), não exige depósitos periódicos; o período de contribuição depende do prazo existente entre a decisão de poupar e a idade que o contribuinte deseja receber o benefício, sendo a poupança que vai garantir o pagamento dos benefícios e sendo formada por dois valores básicos: a soma das contribuições feitas (retirados todos os custos) e o rendimento obtido ao longo dos anos; e o plano Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), dá ao cliente o direito de resgatar em vida, após o período de carência, uma parte ou a totalidade do montante aplicado acrescido do rendimento durante esse período.

Corroborando com os pensamentos acima, Oliveira, Pasinato e Peyneau (2016) afirmam que os números registrados desde o Plano Real indicam que o mercado vem crescendo rapidamente no país, indicando que no futuro não tão distante, esta forma de aposentadoria será mais bem aceita e mais adquirida entre os brasileiros.

2.4.3 Previdência Complementar Fechada

Em conformidade com Pinheiro (2007), as entidades fechadas de previdência complementar são organizadas sob a forma de fundação ou sociedade civil e encontram-se, agora, acessíveis aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios (patrocinadores) ou aos associados de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial (instituidores). Complementa Piffero (2007): são Fundações ou Sociedades Cívis, sem fins lucrativos, que administram programas previdenciários dos funcionários – e de seus dependentes – de uma única empresa ou de empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico.

Os planos devem ser oferecidos a todos os colaboradores e só podem ser adquiridos por pessoas que tenham vínculo empregatício com a empresa patrocinadora. Um outro tipo de fundo fechado é quando uma entidade fechada agrupa diversas empresas independentes entre si, minimizando os custos operacionais, uma vez que estes são partilhados entre as empresas patrocinadoras.

Em relação às entidades fechadas de previdência complementar, a Constituição Federal determina que a sua administração tenha caráter democrático e descentralizado, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos assistidos e do governo nos órgãos colegiados (art. 194, VII, da CF), tendo como órgão responsável por fiscalizar e supervisionar as entidades fechadas de previdência complementar é a

Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), segundo o Decreto nº 8.992.

Segundo dados da PREVIC de agosto de 2018, os planos de benefícios que uma entidade fechada de previdência complementar pode oferecer são: Benefício Definido (BD), Contribuição Definida (CD) e Contribuição Variável (CV), que se caracterizam da seguinte forma: em BD o valor do benefício do participante é decidido no momento de sua adesão e suas contribuições vão variar de acordo com seu tempo de trabalho em vida, possui caráter mutualista, ou seja, todos os participantes contribuem para o plano como um todo, e cabe à Entidade, por meios de cálculos atuariais, a responsabilidade de administrar o plano; CD: possui uma conta previdenciária para cada participante, tornando esse tipo de plano mais simples e mais fácil de ser administrado. O valor das contribuições é definido em contrato logo na adesão ao plano, correspondendo o valor a uma porcentagem do salário do participante; e por fim, CV: também conhecido como “plano misto”, é, basicamente, uma mescla dos planos CD e BD, em que o participante contribui de maneira semelhante ao plano CD e, no momento da aposentadoria, o saldo em sua conta individual é convertido em um benefício vitalício.

Esse mercado está em pleno crescimento no Brasil, onde a cultura de previdência planejada está começando a mudar, e com destaque para a preocupação de começar cedo, com os jovens, que estão desacreditados do conceito de previdência social pública. De acordo com Ritter (2007), a adesão de um participante jovem a um plano aumenta a sua cultura previdenciária e sua consciência de que é preciso poupar quando se está em plena capacidade laborativa para garantir uma aposentadora tranquila.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da Pesquisa

Marconi e Lakatos (2003) em seus escritos definem pesquisa como sendo um procedimento formal, com pensamento reflexivo, utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Nesta pesquisa foi utilizada uma abordagem quantitativa, bem como segundo estes autores caracteriza-se como bibliográfica pois engloba bibliografias relacionadas ao tema da pesquisa que já foram publicadas em livros, monografias e outros.

A pesquisa pode ser classificada como descritiva, pois segundo Lopes (2006), é um estudo de determinada população, onde foram descritas as suas características, estabelecendo variáveis entre si, mediante os seus objetivos, os quais foram utilizados para identificar várias visões da problemática. Esta classificação de pesquisa visa apresentar características do grupo, tais como, a classificação por idade, gênero, nível de renda, estado civil e outros.

3.2 População e Amostra da Pesquisa

O público alvo da pesquisa foram os funcionários de uma entidade do ramo de saúde suplementar da região Nordeste no Estado da Paraíba. O nome da entidade não será divulgado ao decorrer dos resultados devido a assinatura de um termo de confidencialidade. A amostra do estudo que foi utilizada é a não probabilística por acessibilidade. De acordo com Vergara (2001), uma amostra não probabilística por acessibilidade é aquela que não utiliza do meio estatístico e os elementos são coletados de acordo com acesso aos mesmos. No total, foram recebidas 153 respostas dos colaboradores da entidade que tinham disponibilidade para responder a pesquisa online.

3.3 Pré-Teste

Para coleta de dados utilizou-se um questionário, o qual passou por um pré-teste com quatro (4) pessoas: uma pessoa do meu ambiente familiar que cursa atualmente Biblioteconomia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), uma estudante do curso de

Ciências Atuariais da UFPB, um estudante de Letras Português também da UFPB, e por fim, um funcionário da entidade pesquisada com formação em Ciências Atuariais.

Quadro 1: Alterações baseadas no pré-teste

PERGUNTA ANTES PRÉ-TESTE	CARACTERÍSTICAS	PERGUNTA FINAL
Não tinha	Pergunta acrescentada	14 - Sendo sua resposta SIM para a questão 13, há quanto tempo você possui um plano de previdência complementar?
12 - Você possui um plano de previdência complementar?	Explicar na pergunta termo previdência complementar	12 - “Define-se previdência complementar/privada como um tipo de investimento em longo prazo contratado para garantir uma renda futura com o intuito de complementar os benefícios e serviços do Seguro Social básico.” A partir desta afirmativa, você possui um plano de previdência complementar?
10 - Conhecer a situação da aposentadoria no Brasil, o impacto da vida das pessoas, nas contas dos governos é fator de importância para sua decisão de optar em fazer um planejamento a longo prazo pensando em sua aposentadoria?	Melhorar coerência e coesão	10- Conhecer a situação da aposentadoria no Brasil é fator de importância para sua decisão de optar em fazer um planejamento em longo prazo pensando em sua aposentadoria?

Fonte: Questionário de pesquisa

Com o intuito de obter um retorno mais eficaz com a aplicação dos questionários, foram consideradas as opiniões dos respondentes deste pré-teste em razão de algumas perguntas que não estavam bem apresentadas, o que dificultava a compreensão, bem como outra foi acrescentada e algumas foram melhoradas.

3.4 Aplicação do Questionário

A elaboração do questionário foi feita a partir das informações obtidas na pesquisa bibliográfica inicial, envolvendo educação financeira, planejamento a longo prazo e previdência complementar. Para montar o questionário, foram tomados como base os trabalhos de Gaspar Calisto Mallmann – Estudo sobre a percepção da Previdência Social e sua influência na decisão de aderir a planos de Previdência Complementar Privada Aberta (2004) –, Roberto Görden – Planejamento Financeiro para a aposentadoria (2015) – e João Ricardo Amadeu – A Educação Financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular (2009).

Ao total, são 15 questões, divididas em 4 blocos, referindo-se o primeiro ao perfil dos respondentes, o segundo, à educação financeira, o terceiro, ao planejamento financeiro pessoal a longo prazo e, por fim, o último bloco refere-se à previdência complementar.

Quadro 2: Classificação do questionário de pesquisa

BLOCOS	CARACTERÍSTICAS	QUESTÕES
Primeiro Bloco - Perfil pessoal	Faixa etária, gênero, estado civil, área de trabalho e faixa de renda mensal	1 a 5
Segundo Bloco – Nível de Educação Financeira	Conhecimentos sobre Educação Financeira	6 a 8
Terceiro Bloco – Planejamento Financeiro	Controle de gastos e planejamento a longo prazo	9 e 10
Quarto Bloco – Previdência Complementar	Decisões sobre aquisição de plano de previdência complementar	11 a 15

Fonte: Adaptação de Mallmann (2004), Görger (2015) e Amadeu (2009).

As cinco primeiras questões são necessárias para montar o perfil pessoal do respondente da entidade do ramo de saúde suplementar, objetivando fornecer dados sobre faixa etária, gênero, estado civil, área de trabalho dentro da empresa e faixa de renda mensal.

As questões 6, 7 e 8 filtraram o nível de educação financeira dos respondentes: a questão 6 abordou o entendimento acerca da conceitualização de Educação Financeira, portanto não possuem alternativas erradas, mas possui uma mais completa; em seguida, a questão 7 verificou como os funcionários se sentem a respeito dos seus conhecimentos sobre Educação Financeira; e, para pôr fim a este bloco, a questão 8 investigou quanto de conhecimento sobre os temas abordados nesse estudo, no referente à parte de educação financeira, os mesmos conhecem, tais como planejamento a longo prazo, finanças pessoais, aposentadoria e previdência complementar.

O bloco subsequente de questões, 9 e 10, focou em conhecer se os funcionários desta entidade compreendem sobre os seus gastos e rendimentos mensais e como veem a necessidade – ou não – do planejamento a longo prazo.

E, no último bloco de questões, da 11 a 15, constatou se os funcionários possuíam ou não previdência complementar, além de identificar quais motivos fazem com que pensem em aderir ou não a ela.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Primeiro bloco – Perfil pessoal

Este primeiro bloco de questões objetiva traçar um perfil pessoal para os respondentes da entidade do ramo de saúde suplementar, a partir das seguintes variáveis: faixa etária, gênero, área de atuação, estado civil e renda mensal baseada na mensuração por salários mínimos. O perfil destes respondentes está discriminado na tabela 1.

O total de participantes da pesquisa foi de 153 funcionários, dos quais, 17,6% tem idade entre 18 a 24 anos; 31,4% de 25 a 30 anos; 18,3% de 31 a 35 anos; 17,6% de 36 a 40 anos e por fim, 15% tem mais que 40 anos, sendo 64,7% participantes do gênero feminino e 35,3% do gênero masculino. Pesquisas feitas por Lusardi e Mitchell (2011) apontam que o nível de Educação Financeira tende a ser maior entre os adultos e menor entre jovens e idosos.

Em relação os cargos exercidos dentro da entidade foram compilados em áreas centrais de atuação. Desta forma, a área de regulamentação, faz parte cargos de assessoria jurídica; a área de tecnologia e sistemas engloba analistas de sistemas, informática e tecnologia da informação; a área financeira é formada por auditoria, contabilidade, faturamento, finanças e orçamento; a área de integração e mercado abarca comercial, negócios e operações; a área administrativa é composta pelo cadastro, controle, processos, recepção, recursos humanos e secretaria; e por fim a área de marketing e desenvolvimento é constituída por atenção à saúde, assistencial, saúde, comunicação, marketing, planejamento e atendimento ao cliente.

A partir de uma análise sucinta é notório observar que os três maiores percentuais são de indivíduos da área de marketing e desenvolvimento com 32,7%, seguida da área de administrativa com 32% e por fim, a área de integração e mercado ocupando 17%.

A área de atuação dentro de uma empresa pode influenciar no grau de relação com a área financeira. Research (2003) constata que regime de trabalho tem influência nas atitudes e os comportamentos financeiros, tendo em vista que indivíduos com renda estável possuem melhores condições de ter planejamento financeiro, bem como Chen e Volpe (2002), em pesquisas com estudantes universitários, concluíram que indivíduos com maior tempo de serviço e dependendo do cargo exercido, as experiências financeiras são maiores, por esse motivo, adquirem maiores conhecimentos.

No que diz respeito ao estado civil dos participantes os maiores percentuais de respondentes encontram-se casados ou possuem uma união estável com 52,3%, seguido

respectivamente dos solteiros com 39,9%, 6,5% são separados ou divorciados e 1,3% outro estado civil.

Mediante a variável renda mensal, a maior porcentagem possui renda abaixo de 2 salários mínimos com 40,5%, 36,6% encontram-se na classe que recebe entre 2 e 3 salários mínimos, logo após seguem os que recebem de 4 a 5 com 19,6% e 3,3% recebem acima de 5 salários mínimos mensalmente.

Tabela 1: Perfil pessoal dos Respondentes

FAIXA ETÁRIA	QTDE	%
Menor que 18 anos	0	0,00%
Entre 18 e 24 anos	27	17,6%
Entre 25 e 30 anos	48	31,4%
Entre 31 e 35 anos	28	18,3%
Entre 36 e 40 anos	27	17,6%
Maior que 40 anos	23	15,0%
Total	153	100%
GÊNERO	QTDE	%
Feminino	99	64,7%
Masculino	54	35,3%
Total	153	100%
ÁREA DE ATUAÇÃO	QTDE	%
Área de regulamentação	3	2,0%
Área de tecnologia e sistemas	9	5,9%
Área financeira	16	10,5%
Área de integração e mercado	26	17,0%
Área administrativa	49	32,0%
Área de marketing e desenvolvimento	50	32,7%
Total	153	100%
ESTADO CIVIL	QTDE	%
Casado/União estável	80	52,3%
Separado/Divorciado	10	6,5%
Solteiro	61	39,9%
Outro	2	1,3%
Total	153	100%
RENDA MENSAL	QTDE	%
Até 2 salários mínimos	62	40,5%
De 2 a 3 salários mínimos	56	36,6%
De 4 a 5 salários mínimos	30	19,6%
Acima de 5 salários mínimos	5	3,3%
Total	153	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

4.2 Segundo bloco – Perfil financeiro

As questões do segundo bloco filtraram o nível de educação financeira dos respondentes. A primeira questão deste bloco, questão 6 do questionário, abordou o entendimento acerca da conceitualização de Educação Financeira, portanto, não possuem

alternativas erradas, mas possui uma alternativa mais completa, que neste caso foi a última da análise.

Ao observar o quadro 3 é notório que a maioria dos respondentes consideraram como alternativa mais completa e profunda a última questão, representando 64,1% que tem a Educação Financeira como uma forma de controle de despesas e receitas, consciente, mantendo-se bem informado com planejamento a longo prazo para a realização de seus sonhos; 13,1% que a consideraram como um processo de escolhas conscientes, com a ajuda das informações sobre economia para saber lidar melhor com o dinheiro, seguido de 17% que supuseram a Educação Financeira como um comportamento com novos hábitos, fazendo com que os gastos se encaixem em seus orçamentos, bem como a realização de sonhos e apenas 5,9% definiram de forma mais superficial o conceito, sendo apenas um planejamento para lidar com o dinheiro.

Quadro 3: Entendimento sobre Educação Financeira

O QUE É EDUCAÇÃO FINANCEIRA?	QTD	%
É uma forma de ajudar as pessoas a elaborarem um melhor planejamento para lidar com seu dinheiro.	9	5,9%
É um processo em que o indivíduo faz escolhas conscientes e se mantém bem informado a respeito da economia, para assim, elaborarem um melhor planejamento para lidar com seu dinheiro.	20	13,1%
Trata-se de um comportamento, ou seja, é preciso desenvolver novos hábitos que façam os gastos se encaixarem no seu orçamento e ainda a permissão para a realização de sonhos.	26	17,0%
É uma forma de ajudar as pessoas no seu controle de despesas e receitas, para que as escolhas sejam feitas de forma consciente, mantendo-se bem informado e ainda tendo um planejamento a longo prazo para a realização de sonhos.	98	64,1%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Quando relacionado esta primeira questão do bloco com o gênero, conforme é explanado no quadro 4, pode-se observar que 98 dos participantes da pesquisa, sendo estes 59 do sexo feminino e 39 do sexo masculino, compreenderam o conceito de Educação Financeira de forma mais completa e profunda, ao contrário dos 9 participantes, sendo estes, 8 do sexo feminino e 1 do sexo masculino, que entendem este conceito de forma mais superficial. Ou seja, as mulheres avaliam a Educação Financeira em um nível mais completo do que os homens.

Quadro 4: Entendimento sobre Educação Financeira x Gênero

O QUE É EDUCAÇÃO FINANCEIRA?	GÊNERO		TOTAL
	MASCULINO	FEMININO	
É uma forma de ajudar as pessoas a elaborarem um melhor planejamento para lidar com seu dinheiro.	1	8	9
É um processo em que o indivíduo faz escolhas conscientes e se mantém bem informado a respeito da economia, para assim, elaborarem um melhor planejamento para lidar com seu dinheiro.	5	15	20
Trata-se de um comportamento, ou seja, é preciso desenvolver novos hábitos que façam os gastos se encaixarem no seu orçamento e ainda a permissão para a realização de sonhos.	9	17	26
É uma forma de ajudar as pessoas no seu controle de despesas e receitas, para que as escolhas sejam feitas de forma consciente, mantendo-se bem informado e ainda tendo um planejamento a longo prazo para a realização de sonhos.	39	59	98
Total	54	99	153

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A segunda questão deste bloco, sétima do questionário, verificou como os funcionários se sentem a respeito dos seus conhecimentos sobre Educação Financeira, podendo escolher desde “Nada seguro” até “muito seguro”, ou seja, eles foram orientados a escolher qual melhor alternativa se adequava ao seu perfil.

Observando o quadro 5, é possível perceber que a maioria dos participantes consideram seu nível de conhecimento financeiro razoavelmente seguro, tendo como característica um perfil de pessoas que conhecem sobre Educação Financeira, porém precisam buscar a dia mais conhecimento sobre este tema, representando um percentual de 56,9% ; 19,0% consideram de forma não muito segura seus conhecimentos financeiros, 15,0% estão seguros sobre sua situação atual dos assuntos financeiros e 7,2% não possui conhecimentos financeiros. Apenas 2,0% dos participantes afirmam possuir conhecimentos financeiros de forma muito seguro e ampla.

Quadro 5: Nível de conhecimento financeiro

(continua)

COMO VOCÊ SE SENTE A RESPEITO DOS SEUS CONHECIMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA?	QTD	%
Nada seguro – gostaria de possuir entendimento sobre Educação Financeira	11	7,2%
Não muito seguro – Eu gostaria de saber um pouco mais sobre Educação Financeira	29	19,0%
Razoavelmente seguro – Eu conheço alguns assuntos que eu precisaria saber sobre Educação Financeira, mas preciso possuir mais conhecimento	87	56,9%

(conclusão)

COMO VOCÊ SE SENTE A RESPEITO DOS SEUS CONHECIMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA?	QTD	%
Seguro – Eu conheço a maioria dos assuntos que eu precisaria saber sobre Educação Financeira	23	15,0%
Muito seguro – Eu possuo conhecimentos bastante amplos sobre Educação Financeira	3	2,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Em relação ao nível sobre conhecimentos financeiros e a renda dos respondentes, foi observado que em média, os participantes que recebem mensalmente até 2 salários mínimos e de 2 a 3 salários, sendo esta a maior parte da amostra, consideraram seus conhecimentos sobre Educação Financeira de forma razoavelmente segura, ou seja, conhecem alguns assuntos sobre o tema, mas sente a necessidade de adquirir mais conhecimento.

Conforme Atkinson e Messy (2012) concluíram sobre seus estudos que os baixos níveis de renda estão associados com os menores níveis de alfabetização financeira, pois indivíduos de baixa renda enfrentam maiores dificuldades em ter acesso à educação. Bottazzi, Jappelli e Padula (2011) em suas pesquisas estimaram um modelo intertemporal de investimento que evidencia que a alfabetização financeira e a riqueza são conjuntamente determinadas e correlacionadas ao longo da vida dos indivíduos. E para concluir estes determinados pensamentos foi observado por Hastings e Mitchell (2011) no Chile que alfabetização financeira está relacionada à riqueza.

Já relacionando com o gênero, observado no quadro 6, é notório a maior diversificação de respostas atrelado ao sexo feminino. A maior quantidade de observações concentra-se nos indivíduos que consideram seu nível de conhecimento financeiro razoavelmente seguro, sendo 87 o número destas observações, 50 do sexo feminino e 37 do sexo masculino. Os participantes que consideraram que não possuem conhecimentos financeiros, dos 11, todos são do sexo feminino, o que garante a teoria de Lusardi e Mitchell (2011) que afirmam que as mulheres são mais conservadoras ao avaliam sua alfabetização financeira.

Quadro 6: Nível de conhecimento financeiro x Gênero (continua)

COMO VOCÊ SE SENTE A RESPEITO DOS SEUS CONHECIMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA?	GÊNERO		
	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Nada seguro – gostaria de possuir entendimento sobre Educação Financeira	0	11	11
Não muito seguro – Eu gostaria de saber um pouco mais sobre Educação Financeira	6	23	29

(conclusão)

COMO VOCÊ SE SENTE A RESPEITO DOS SEUS CONHECIMENTOS SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA?	GÊNERO		
	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Razoavelmente seguro – Eu conheço alguns assuntos que eu precisaria saber sobre Educação Financeira, mas preciso possuir mais conhecimento	37	50	87
Seguro – Eu conheço a maioria dos assuntos que eu precisaria saber sobre Educação Financeira	10	13	23
Muito seguro – Eu possuo conhecimentos bastante amplos sobre Educação Financeira	1	2	3
Total	54	99	153

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

E para pôr fim a este bloco, a oitava do questionário, investigou quanto de conhecimento sobre os temas abordados no que se referente à parte de Educação Financeira, os respondentes conhecem, tais como planejamento a longo prazo, finanças pessoais, aposentadoria e previdência complementar. Foi atribuído para os extremos, 0 à total falta de conhecimento e 5 para um nível elevado de conhecimento.

Ao observar o quadro 7, no geral, as respostas concentraram-se no nível 2 e 3, ou seja, para os quatro assuntos financeiros perguntados, os respondentes compreenderam o nível como mediano. Apenas para o tema de Previdência Complementar, é notório que as respostas se concentram no nível 1 e 2, o que acarreta em interpretação de baixo conhecimento comparado aos outros temas. Tendo em vista os resultados, Peliccioli (2011) conclui que aquele que tem o planejamento a longo prazo, conhece os produtos financeiros e estabelece metas para seus investimentos, provavelmente terá mais segurança e possivelmente mais tranquilidade econômica.

Quadro 7: Nível de conhecimento sobre assuntos financeiros

ASSUNTOS FINANCEIROS	NÍVEL DE CONHECIMENTO						
	0	1	2	3	4	5	Total
Planejamento financeiro	6	29	44	35	20	19	153
Finanças pessoais	1	27	46	38	21	20	153
Aposentadoria	8	29	47	43	20	6	153
Previdência complementar	14	36	50	27	18	8	153
Total	29	121	187	143	79	53	612

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

4.3 Terceiro bloco – Planejamento financeiro

O terceiro bloco tem como foco conhecer se os funcionários da entidade em estudo têm compreensão acerca de seus gastos e rendimentos mensais e como veem a necessidade – ou não – do planejamento a longo prazo com a iniciativa em investimento de previdência complementar.

A primeira questão deste bloco, questão 9 do questionário, teve como finalidade entender como os funcionários da entidade lidam com os seus rendimentos ao longo do mês. A maior porcentagem de respostas, sendo esta de 43,8% afirmaram que pagam todas as contas, conseguindo poupar um percentual e ainda fica com dinheiro para algum entretenimento ou alguma eventualidade, seguida de 34% que afirmaram a seguinte alternativa: “Pagam todas as contas, mas não conseguem poupar nada, pois quando sobra algo acabam gastando”; 10,5% afirmaram sempre ficar sem dinheiro antes de terminar o mês, bem como ainda fica com dívidas; 7,8% tem como objetivo poupar um percentual ou já possui um plano de captação ou plano de previdência; 2,6% Sempre fica sem dinheiro antes de terminar o mês e consegue dinheiro emprestado com alguém para quitar o resto das dívidas e por fim 1,3% Paga as contas e o restante poupa.

Em consonância com os resultados, Santos (2014), observou em suas pesquisas que 50,85% dos respondentes gastam o dinheiro recebido com o que gostam, porém, Campos (2014) em seus estudos concluíram outra justificativa, pois este observou que dentre os participantes que recebem mesada 51%, estes poupam o que recebem.

Quadro 8: Rendimentos mensais

SOBRE SEUS RENDIMENTOS MENSAIS	QTD	%
Sempre fica sem dinheiro antes de terminar o mês e ainda fica com dívidas	16	10,5%
Sempre fica sem dinheiro antes de terminar o mês e consegue dinheiro emprestado com alguém para quitar o resto das dívidas	4	2,6%
Paga todas as contas, mas não consegue poupar nada, pois quando sobra algo acaba gastando	52	34,0%
Paga todas as contas, consegue poupar um percentual e ainda fica com dinheiro para algum entretenimento ou alguma eventualidade	67	43,8%
Paga as contas e o restante poupa	2	1,3%
Tem como objetivo poupar um percentual ou já possui um plano de captação ou plano de previdência.	12	7,8%
Total	153	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

A segunda questão deste bloco, questão 10 do questionário, tem associação de conhecer a posição dos respondentes sobre o planejamento a longo prazo pensando na aposentadoria. Ao observar as respostas expostas no quadro 9, a maior porcentagem – 63,4% - concentram-se no fato dos indivíduos conhecerem a situação da aposentadoria no Brasil atualmente, mas mesmo assim, não possui um planejamento a longo prazo, seguida de 19,0% que possuem planejamento a longo prazo e conhecem o contexto brasileiro, 15,7% estudam para um dia fazer planejamento e 0,7% respondeu que tem como sobreviver sem um planejamento a longo prazo.

Os 1,3% referentes a outro nesta questão, foi para um respondente que afirmou estar aposentado, mas continua trabalhando para complementar a renda familiar e o segundo afirmou não pensar sobre este assunto, mas entende que necessita entender sobre planejamento a longo prazo para aposentadoria. Lusardi e Mitchell (2011), ao estudarem o planejamento de aposentadoria, concluem que apesar do efeito positivo da renda sobre a decisão de planejar o futuro, estes níveis variam positivamente de acordo com a educação.

Quadro 9: Planejamento a longo prazo

CONHECER A SITUAÇÃO DA APOSENTADORIA NO BRASIL É FATOR DE IMPORTÂNCIA PARA SUA DECISÃO DE OPTAR EM FAZER UM PLANEJAMENTO EM LONGO PRAZO PENSANDO EM SUA APOSENTADORIA?	QTD	%
Sim, mas mesmo assim não possuo um planejamento em longo prazo	97	63,4%
Sim, e por isso possuo um planejamento em longo prazo	29	19,0%
Sim, estudo sobre isso para um dia poder fazer um planejamento	24	15,7%
Não, pois tenho como sobreviver sem precisar de um planejamento em longo prazo	1	0,7%
Outro	2	1,3%
Total	153	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

4.4 Quarto bloco – Previdência complementar

As questões do quarto bloco procura perceber qual a percepção da aposentadoria para os participantes, se os mesmos possuem previdência complementar, e se possuírem, a quanto e quais os motivos que levaram a aderir um plano de previdência complementar, bem como se não possuírem, quais motivos levaram a não aderir.

Foi perguntado aos participantes qual era suas percepções sobre a aposentadoria, obtendo os seguintes resultados, conforme tabela 2. Dentre as alternativas apresentadas 35,5%

dos respondentes afirmaram não se preocuparem com aposentadoria ainda, seguida de 31,4% que tem planos de começar a poupar para aposentadoria, 18,3% contam apenas com a aposentadoria do Governo, 14,4% tem um plano de previdência/poupança própria para aposentadoria e apenas 0,7% não vê necessidade de poupar para a aposentadoria.

Tabela 2: Percepções da aposentadoria

EM RELAÇÃO À SUA APOSENTADORIA	QTDE	%
Não me preocupei com isso ainda	54	35,3%
Faço um plano de previdência/poupança própria para aposentadoria	22	14,4%
Conto apenas com aposentadoria do Governo	28	18,3%
Tenho planos de começar a poupar para isso	48	31,4%
Não vejo necessidade de poupar para minha aposentadoria	1	0,70%
Total	153	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Em seguida, foi feita uma pergunta direta sobre ter ou não ter um plano de previdência complementar, conforme mostra a tabela 3. Apenas 17,0% dos respondentes possuem um plano de previdência complementar, enquanto os outros 83,0% responderam que não possuem plano de previdência complementar.

Tabela 3: Previdência complementar

VOCÊ POSSUI UM PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR?	QTDE	%
Sim	26	17,0%
Não	127	83,0%
Total	153	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Foram feitas algumas relações dos participantes que responderam possuir previdência complementar com o gênero, renda mensal e área de atuação. Desta forma, os resultados apontaram que 69,2% destes respondentes são do sexo feminino e 30,8% são do sexo masculino.

Tabela 4: Ter plano de previdência complementar x Gênero

POSSUIR UM PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	QTDE	%
Feminino	18	69,2%
Masculino	8	30,8%
Total	26	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Para a correlação dos participantes que afirmaram ter um plano de previdência complementar com a renda mensal, a maior proporção foi daqueles que recebem entre 4 e 5 salários mínimos com 46,2%, seguido dos que ganham até 2 salários mínimos com 30,8%; de 2 a 3 salários mínimos 19,2% e acima de 5 salários mínimos 3,8%. Segundo Atkinson e Messy (2012), os baixos níveis de renda estão associados com os menores níveis de alfabetização financeira, o que pode ser explicado uma vez que indivíduos de baixa renda podem enfrentar maiores dificuldades no acesso aos produtos financeiros.

Tabela 5: Ter plano de previdência complementar x Renda Mensal

POSSUIR UM PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	QTDE	%
Até 2 salários mínimos	8	30,8%
De 2 a 3 salários mínimos	5	19,2%
De 4 a 5 salários mínimos	12	46,2%
Acima de 5 salários mínimos	1	3,8%
Total	26	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Ao observar a tabela 6, dos participantes que possuem um plano de previdência complementar, 34,6% são da área de marketing e desenvolvimento; 19,2% são das áreas de tecnologia e sistemas, bem como da área de integração e mercado; 15,4% são da área administrativa; 7,7% da área financeira e por fim, 3,8% da área de regulamentação.

Tabela 6: Ter plano de previdência complementar x Área de atuação

POSSUIR UM PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	QTDE	%
Área de regulamentação	1	3,8%
Área de tecnologia e sistemas	5	19,2%
Área financeira	2	7,7%
Área de integração e mercado	5	19,2%
Área administrativa	4	15,4%
Área de marketing e desenvolvimento	9	34,6%
Total	26	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Após ser perguntado se possuíam plano de previdência complementar, para aqueles que responderam não, foi perguntado qual motivo acarretou para que o mesmo não possua plano de previdência complementar; 52% dos participantes responderam que não possuem conhecimentos suficientes sobre previdência complementar; 40,9% afirmaram que não

possuem renda suficiente para este investimento; 6,3% investem em outros produtos financeiros ao invés da previdência complementar. Apenas um respondente colocou a opção de outro com a justificativa de que não se planejou e nem buscou os planos disponíveis no mercado.

Tabela 7: Motivos de não possuir plano de previdência complementar

QUAL MOTIVO ABAIXO ACARRETOU EM VOCÊ NÃO POSSUIR ALGUM PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR?	QTDE	%
Não possuo conhecimento suficiente sobre a previdência complementar	66	52,0%
Não possuo renda suficiente para este investimento.	52	40,9%
Não acho necessário este investimento	0	0,00%
Prefiro investir em outros produtos financeiros ao invés da previdência complementar.	8	6,30%
Outro	1	0,80%
Total	127	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Para quem respondeu que possuía plano de previdência complementar foi perguntado qual motivo considerou para que o mesmo possua plano de previdência complementar, bem como a quanto tempo investe neste produto financeiro; 50% dos participantes responderam que o fato do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não pagar a aposentadoria nos limites que necessita é o motivo de aderirem a um plano; 42,4% afirmaram que o fato de entenderem de Educação Financeira, bem como terem planejamento a longo prazo; 7,7% ao fato da capacidade pessoal de poupança.

Tabela 8: Motivos de aderir um plano de previdência complementar

QUAL MOTIVO ABAIXO VOCÊ CONSIDEROU AO ADERIR UM PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR?	QTDE	%
A capacidade de o INSS não pagar minha aposentadoria nos limites que necessito	13	50,0%
Apenas ao fato da empresa oferecer um plano de previdência complementar fechado	0	0,00%
Ao entendimento de educação financeira e ao fato de ter um planejamento financeiro	11	42,3%
A minha capacidade pessoal de poupança	2	7,70%
Outro	0	0,00%
Total	26	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Para os respondentes que afirmaram possuir um plano de previdência complementar, houve também o questionamento de quanto tempo possuíam, e 53,8% responderam ter entre 1 e 3 anos a previdência complementar, seguido de 23,1% com menos de 1 ano, 15,4% entre 4 e

6 anos e 3,8% entre 7 e 9 anos, bem como, este mesmo percentual para os concluíram ter acima de 10 anos de contribuição para sua previdência complementar.

Tabela 9: Tempo de previdência complementar

HÁ QUANTO TEMPO VOCÊ POSSUI UM PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR?	QTDE	%
Menos de 1 ano	6	23,1%
Entre 1 e 3 anos	14	53,8%
Entre 4 e 6 anos	4	15,4%
Entre 7 e 9 anos	1	3,80%
Acima de 10 anos	1	3,80%
Total	26	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2019)

Pasinato (2001) afirma em seus estudos sobre a importância deste tema, pois o Brasil possui um imenso potencial para o desenvolvimento da previdência complementar, pois representa uma importante alavanca para o financiamento do desenvolvimento nacional, valendo a observação do desenvolvimento do segmento aberto de previdência complementar nos últimos anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado neste trabalho, a OCDE (2005) definiu a Educação Financeira como um processo pelo qual consumidores e investidores melhoram seu entendimento acerca de conceitos e produtos financeiros, a fim de que desenvolvam habilidades e confiança para conhecerem melhor os riscos e as oportunidades financeiras que lhes surgem para que, assim, tomem decisões fundamentadas que contribuam para melhorar seu bem estar financeiro, ou seja, esta é traduzida como uma ponte que interliga um indivíduo de uma vida de economias, cortes de custos e poupança sem objetivos para uma melhor qualidade de vida tanto no agora como no futuro a longo prazo.

Desta forma, a presente pesquisa apresentou como finalidade identificar a percepção que os funcionários de uma entidade de saúde suplementar possuem sobre Educação Financeira, bem como a influência deste tema nas decisões de adesão a um plano de previdência complementar. Para poder obter sucesso neste objetivo foram propostos objetivos específicos como traçar o perfil dos funcionários da entidade; verificar o nível de educação financeira dos funcionários da entidade; constatar se os funcionários possuem previdência complementar e identificar quais motivos contribuem para a aquisição da previdência complementar.

A amostra concentrou-se em pessoas entre 25 e 30 anos do sexo feminino, atuando principalmente nas áreas administrativa e marketing e desenvolvimento, sendo casadas ou vivendo em união estável com renda mensal de até 2 salários mínimos.

Referente ao perfil financeiro destes funcionários, observa-se que, em média, são pessoas que possuem um nível mediano de entendimento sobre Educação Financeira, sentem-se razoavelmente seguras, conhecendo alguns assuntos, mas que veem a necessidade de adquirir mais conhecimento, ou seja, planejamento financeiro, finanças pessoais e aposentadoria são temas de nível mediano em suas conclusões, porém sobre previdência complementar acarreta em uma interpretação de baixo conhecimento comparado aos outros temas.

Em relação aos rendimentos mensais, em média, afirmaram que pagam todas as contas, conseguindo poupar um percentual e ainda fica com dinheiro para algum entretenimento ou alguma eventualidade, seguida de 34% que afirmaram pagar todas as contas, mas acaba não sobrando nada para poupar, pois quando sobra algo acabam gastando. No ponto de vista de planejamento a longo prazo, 63,4% entendem a situação da aposentadoria no Brasil, mas mesmo assim não possuem um planejamento, 19% possuem um planejamento, e 15,7% estudam para um dia fazer um planejamento.

Nesta pesquisa, em relação a aposentadoria, 35,3% das pessoas não se preocuparam ainda, 31,4% tem plano de começar a poupar para este investimento, bem como 18,3% conta apenas com a aposentadoria do Governo e apenas 14,4% destes, fazem plano de previdência.

No fato de ter ou não um plano de previdência complementar, 17% dos respondentes possuem, sendo estes indivíduos entre 25 e 30 anos, do sexo feminino, casadas ou com união estável, apresentam renda de 4 a 5 salários mínimos e já contribuíram de 1 a 3 anos. Destas, metade possuem um plano de previdência devido a capacidade do INSS não pagar a aposentadoria nos limites que necessitam; 42,3% Ao entendimento de educação financeira e ao fato de ter um planejamento financeiro e 7,7% a própria capacidade pessoal de poupança.

Em relação aos 83% que não possuem um plano de previdência complementar, em sua maioria também são do sexo feminino, bem como apresentam idade ente os 25 e 30 anos, casados ou com união estável, porém apresentam renda de até 2 salários mínimos, e entre suas justificativas a não adesão de um plano de previdência complementar estão, o fato de não possuírem conhecimento suficiente sobre a previdência complementar, sendo estes em sua maioria os que se sentem razoavelmente seguros; 40,9% afirmam não possuem renda suficiente para este investimento e 6,3% Preferem investir em outros produtos financeiros ao invés da previdência complementar.

Diante disso, considera-se que os objetivos desta pesquisa foram devidamente respondidos por meio do questionário aplicado, porém possuem algumas limitações. Dentre as limitações o difícil acesso aos canais de comunicação da entidade para que a pesquisa abrangesse a todos foi fator determinante para o tamanho da amostra que poderia ser mais abrangente.

Desta forma, por mais que este trabalho tenha trazido diversas considerações importantes, como a falta de conhecimento do tema de Previdência Complementar como um pilar importante para Educação Financeira, principalmente nesta atual situação do país, além dos baixíssimos índices de adesão a um planejamento a longo, sugere-se como recomendação para novas pesquisas uma pesquisa mais profunda, com um outro público, buscando formas de como melhorar estas situações acima citadas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. F. da S.; BANDEIRA, A. M. A **(D)literacia financeira da população: estudo de caso para uma população do norte de Portugal**. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.22/1179>>. Acesso em 15 ago. 2018.
- AMARO, M. N. **Previdência Social na América do Sul**. Consultoria Legislativa do Senado Federal. Brasília, set/2000, p. 81.
- ANAPP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA PRIVADA. **Previdência Privada no Brasil**. Disponível em: <<http://www.anapp.com.br>>. Acesso em 15 ago. 2018.
- ANBIMA. **Como anda a educação financeira no Brasil?** Disponível em: <<https://foxbit.com.br/blog/como-anda-a-educacao-financieira-no-brasil/>>. Acesso em: 16 jan. 2019.
- ARRUDA, M. da G. C. **A previdência privada aberta como relação de consumo**. São Paulo: LTr, 2004.
- ATKINSON, A.; MESSY, F. **Measuring financial literacy: results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) Pilot Study**. OECD Publishing, n. 15, 2013. Disponível em: <<https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/5k9csfs90fr4-en.pdf?expires=1555344650&id=id&accname=guest&checksum=2C87CD4172D618AD833976BEC0D5DD40>> Acesso em: 08 jun. 2019.
- AUGUSTINIS, V.; COSTA, A.; BARROS, D. **Uma Análise Crítica do Discurso de Educação Financeira: por uma Educação para Além do Capital**. Revista do Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial da Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, ano 12, v.16, n.3, p.79-102, setembro/dezembro, 2012.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Segundo pesquisa, brasileiro não tem hábito de poupar e não se planeja financeiramente**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/noticias/200/>>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- BELTRÃO, K. I. et. al. **Análise da Estrutura da Previdência Privada Brasileira: Evolução do Aparato Legal**. IPEA, Texto para Discussão nº 1043, 2004.
- BERNHEIN, B. D.; Garret, D. M. **The effects of financial education in the workplace: evidence from a survey of households**. Journal of Public Economics, v.87, p. 1487-1519.2003
- BORGES, P. R. S.; TIDE, F. **Educação Financeira e sua influência no comportamento do consumidor no mercado de bens e serviços**. In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 5., 2010, Campo Mourão. Anais... Campo Mourão, PR, 2010.
- BOTTAZZI, R., JAPPELLI, T., & PADULA, M. (2011). **The portfolio effect of pension reforms: evidence from Italy**. Journal of Pension Economics and Finance, 10(01), 75-97. Retrieved Apr 05, 2013, from <http://dx.doi.org/10.1017/S147474721000003X>

BRASIL. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. **Percentual de famílias endividadas aumenta em julho de 2017**. 2017. Disponível em: <http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/analise_peic_julho_2017.pdf>. Acesso em: janeiro de 2018.

BRAUNSTEIN, Sandra.; WELCH, Carolyn. **Financial literacy: An overview od practice, research, and policy**. Federal Reserve Bulletin, Estados Unidos, p. 445-457, nov./2002. Disponível em: <<https://www.federalreserve.gov/pubs/bulletin/2002/1102lead.pdf>>. Acesso em: 20 Jan. 2018.

CAETANO, M. A.-R.; MIRANDA, R. B. **Comparativo Internacional para a Previdência Social**. Texto para discussão, nº 1302. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1302.pdf>. Acesso em 22 set. 2018.

CAMARGO, C. **Planejamento financeiro pessoal e decisões financeiras organizacionais: relações e implicações sobre o desempenho organizacional no varejo**. Curitiba. Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, 2007.

CAMARGO, C. (2007). **Planejamento Financeiro**. 2. ed. Curitiba: Editora IBPEX.

CAMPOS, J. L. **A Percepção de Alunos do Ensino Fundamental sobre Educação Financeira**. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Educacional) – Curso de Pós-graduação em Psicologia Educacional, Centro Universitário FIEO, Osasco, São Paulo – Brasil.

CANUTO, Alessandra M., FERNANDES, M^a Fernanda O. **O crescimento da previdência privada aberta face a crise da Previdência Social**. Biblioteca Virtual da Mackenzie. 2003. Disponível em: <www.mackenzie.com.br/jovenspesquisadores/2.2/2_2_09.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

CARNONE, C. O. **Seguridade Social no Brasil: ficção ou realidade?** São Paulo: Atlas, 1994.

CHEN, H., & VOLPE, R. P. (2002). **Gender differences in personal financial literacy among college students**. Financial Services Review, 11(03), 289-307. Retrieved Aug 08, 2019, from http://www2.stetson.edu/fsr/abstracts/vol_11_num3_p289.pdf

CHEROBIM, A. P. M. S.; ESPEJO, M. M. dos S. B. (Org.) **Finanças Pessoais: conhecer para enriquecer**. São Paulo: Atlas, 2010.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOGISTAS. **Segundo pesquisa, 45% dos brasileiros não controlam as próprias finanças**. Disponível em: <<http://site.cndl.org.br/45-dos-brasileiros-nao-controlam-as-proprias-financas-mostra-pesquisa-sobre-educacao-financeira-do-spc-brasil-e-cndl/>>. Acesso em: 20 set. 2018.

COUTINHO, C. Q. S., & Teixeira, J. (2015). **Letramento Financeiro: um diagnóstico de saberes docentes**. REVEMAT, 10(2), 1-22.

CRIDDLE, E. **Financial literacy: goals and values, not just numbers**. Alliance, v. 34, p. 4, 2006.

FABIO DE ALMEIDA LOPES ARAÚJO & MARCOS AGUERRI PIMENTA DE SOUZA, 2012. **Educação Financeira para um Brasil Sustentável Evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão**, Working Papers Series 280, Central Bank of Brazil, Research Department.

FONSECA, E. M. C. da F. **O problema do superendividamento: causas e possíveis soluções**. Porto Alegre, 2014. Monografia. Curso de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GIARETA, M. **PLANEJAMENTO FINANCEIRO PESSOAL: Uma proposta de controle de fluxo de caixa para orçamento familiar**. Trabalho de conclusão de curso (Pós-Graduação especialização em Gestão de Negócios Financeiro). UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, J.; MEDINA, L. G.; GAZEL JUNIOR, M. A. **Investindo sem erro**. São Paulo: Saraiva, 2006.

HASTINGS, J., & MITCHELL, O. S. (2011). **Financial Literacy: Implications for Retirement Security and the Financial Marketplace**. Oxford, UK: Oxford University Press.

HUNG, A. A., PARKER, A. M., & YOONG, J. (2009). **Defining and measuring financial literacy [Working Paper N° 708]**. Social Science Research Network, Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2009. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1498674>. Acesso em: 08 abr. 2018.

HUSTON, S. J. (2010). **Measuring financial literacy**. The Journal of Consumer Affairs, 44 (02), 296-316, 2010. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x/pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares**. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009/POFpublicacao.pdf>. Acesso em: 20 Jan. 2019.

INDEF. **Indicador de Educação Financeira**. Serasa consumidor, 2014. Disponível em: <<http://serasaconsumidor.com.br/indef/>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA: **Análise da estrutura da previdência privada brasileira: evolução do aparato legal**. Rio de Janeiro, 2004.

KISTEMANN JR, M. A. **Sobre a produção de significados e a tomada de decisão de indivíduos-consumidores**. III EIEMAT, 1º Encontro Nacional de PIBID-Matemática, 01 a 03 de agosto de 2012. Disponível em:

<http://w3.ufsm.br/ceem/eiemat/Anais/arquivos/CC/CC_Kistemann_Marco.pdf>. Acesso em 12 ago. 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1992.

LEI Nº. 6.435 DE JULHO DE 1977. **Dispõe sobre as entidades de Previdência Privada**. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil), Brasília, 30 de julho de 1977.

LUCENA, W. G. L.; MARINHO, R. A. L. **Competências Financeiras: Uma análise das decisões financeiras dos discentes no tocante as finanças pessoais**. In: SEMEAD, XVI., 2013.

LUSARDI, A. **Household Saving Behavior: The Role of Financial Literacy**, Information, and Financial Education Programs. The conference “Implications of Behavioral Economics for Economic Policy” held at the Federal Reserve Bank of Boston on September 27–28, 2007. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w13824>>. Acesso em: jul. 2018.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. **Financial Literacy and Retirement Preparedness: Evidence and Implications for Financial Education**. Business Economics, v. 42, n. 1, p. 35-44, 2007.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Oliveira S. **Financial Literacy Around The World: An Overview**, 2011. Disponível em < <http://www.nber.org/papers/w17107>> acessado em 20/01/19.

LUSARDI, A., & MITCHELL, O. S. (2011). **Financial literacy and retirement planning in the United States**. Journal of Pension Economics and Finance, Cambridge University Press, 10(04), 509-525. Retrieved Aug 08, 2019, from <http://dx.doi.org/10.1017/S147474721100045X>

LUSARDI, A. **Financial Literacy: An Essential Tool for Informed Consumer Choice?** (Dartmouth College, Harvard Business School and NBER). January 2008. Disponível em: <http://www.ftc.gov/be/workshops/mortgage/articles/lusardimitchell_harv2008.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

MALLMAN, G. C. Estudo sobre a percepção da previdência social e sua influência na decisão de aderir a planos de previdência complementar privada aberta. 143 p. Monografia (Curso de mestrado profissionalizante em Engenharia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. 1. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5352/000514032.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 25 jul. 2018, 21:30:00.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MATTA, R. C. B. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal: o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal**. 214 f. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Ciência da Informação – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

OLIVEIRA, F. E. B. de; PASINATO, M. T. de M.; PEYNEAU, F. P. L. **Evolução recente do sistema de previdência complementar no Brasil e mercado potencial**. 2016.

OLIVEIRA, F. E. B.; PASINATO, M. T. de M.; PEYNEAU, F. P. L. **Evolução Recente do Sistema de Previdência Complementar no Brasil e Mercado Potencial**. Unicamp, 2010.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO. **Measuring Financial Literacy: Core Questionnaire in Measuring Financial Literacy, Questionnaire and Guidance Notes for conducting na Internationally Comparable Survey of Financial literacy**. OECD, Centre: Paris, France, 2011.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO. **No mundo**. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-mundo/>>. Acesso em: 20 set. 2018.

PASINATO, M. T. M. **Reforma do sistema previdenciários brasileiro: a previdência complementar e o papel do estado**. Dissertação de Mestrado em Administração Pública. FGV: Ebape, 2001.

PELICIOLO, A. F. **A relevância da Educação Financeira na Formação de jovens**. Faculdade de Física. 2011.

PIFFERO, L. P. de. **Avaliação da expectativa de ganho de planos de previdência privada disponíveis no mercado brasileiro**. 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/24216>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

PINHEIRO, R. P. **Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão**. In: “Fundos de Pensão e Mercado de Capitais”, Instituto San Tiago Dantas de Direito e Economia. São Paulo: Editora Peixoto Neto, 2008.

PINHEIRO, R. P. **A Demografia dos fundos de pensão**. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2007. 290p. (Previdência social. Estudos; v.24.)

PÓVOAS, M. S. S. (1990). **Previdência Privada: filosofia, fundamentos técnicos e conceituação jurídica**. Rio de Janeiro: Ed. FUNENSEG.

PREVIC; **Guia Previc: Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar**. Brasília: Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, 2012. 34 p. Disponível em: <http://www.previc.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/copy_of_a-previc-1>. Acesso em: 21 ago. 2018.

RESEARCH, R. M. (2003). **Survey of adult financial literacy in Australia**. ANZ Banking Group. Retrieved Aug 08, 2019, from http://www.anz.com/Documents/AU/Aboutanz/AN_5654_Adult_Fin_Lit_Report_08_Web_Report_full.pdf

RICIOLI, R. **O marketing de distribuição da previdência complementar aberta**. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas). Centro Hispânico-Brasileiro de cultura do Centro Universitário Ibero-Americano – UNIBERO, São Paulo, 2001, 72p.

RITTER, E. L. **Previdência privada aberta: uma nova cultura para um futuro tranquilo.** Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

SANTOS, G. H. O. **Educação financeira escolar para estudantes com deficiência visual.** 2014. 84 f. Dissertação (Mestrado profissional em educação matemática) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais.
Disponível em: <<http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/Disserta%C3%A7%C3%3o-Glauco-Henrique.pdf>>. Acesso em: agosto de 2019.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. de A. **Paradigmas da educação financeira no Brasil.** Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, v. 46, p. 41- 1121, nov./dez. 2007.

SAVOIA, J.R.F.; SAITO, A. T.; PETRONI, L. M. **A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).** In: Seminário em Administração, 9, 2006, São Paulo. Anais... Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018.

SAVOIA, J. R. F. **Principais alterações introduzidas no arcabouço legal que regula as atividades das entidades fechadas de previdência complementar.** Revista do 22º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, out.2001, p. 28 – 29.

SEGUNDO FILHO, J. **Finanças pessoais: invista no seu futuro.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

STANDARD AND POOR'S. **Educação financeira e crédito facilitado.** Disponível em: <https://www.standardandpoors.com/pt_LA/web/guest/home>. Acesso em: 20 set. 2018.

SUSEP, S. de S. P. **Previdência Complementar Aberta — SUSEP.** Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/planos-e-produtos/previdencia-complementar-aberta>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

SUSEP, S. de S. P. **Diferenças entre PGBL e VGBL – SUSEP.** Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/setores-susep/seger/coate/perguntas-mais-frequentes-sobre-planos-por-sobrevivencia-pgbl-e-vgbl>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

VERGARA, S. C. **Gestão com pessoas e subjetividade.** São Paulo: Atlas, 2001.

XU, L.; ZIA, B. **Financial Literacy around the world: an overview of the evidence with practical suggestions for the way forward.** World Bank, Policy Research Working Paper, p. 56, 2012.

APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa

Questionário de Pesquisa

Prezado (a) entrevistado (a),

Este questionário faz parte de uma pesquisa do Curso de Ciências Atuariais da Universidade Federal da Paraíba, afim de apresentação de um trabalho de conclusão de curso. Então, solicito respeitosamente de V.S.^a o preenchimento deste questionário para embasar a pesquisa em desenvolvimento. Desde já, agradeço.

Primeiro Bloco - Perfil pessoal**1- Faixa Etária:**

- Menor que 18 anos
- Entre 18 e 24 anos
- Entre 25 e 30 anos
- Entre 31 e 35 anos
- Entre 36 e 40 anos
- Maior que 40 anos

2- Gênero:

- Masculino
- Feminino
- Outro _____

3- Qual sua área de trabalho dentro da empresa?

4- Estado Civil:

- Solteiro
- Casado/União estável
- Separado/Divorciado
- Outro _____

5- Indique sua faixa de renda mensal:

- Até 2 salários mínimos
- De 2 a 3 salários mínimos
- De 4 a 5 salários mínimos
- Acima de 5 salários mínimos

Segundo Bloco – Nível de Educação Financeira

6- Para você, o que é Educação Financeira?

- é uma forma de ajudar as pessoas a elaborarem um melhor planejamento para lidar com seu dinheiro.
- é um processo em que o indivíduo faz escolhas conscientes e se mantém bem informado a respeito da economia, para assim, elaborarem um melhor planejamento para lidar com seu dinheiro.
- trata-se de um comportamento, ou seja, é preciso desenvolver novos hábitos que façam os gastos se encaixarem no seu orçamento e ainda a permissão para a realização de sonhos.
- é uma forma de ajudar as pessoas no seu controle de despesas e receitas, para que as escolhas sejam feitas de forma consciente, mantendo-se bem informado e ainda tendo um planejamento a longo prazo para a realização de sonhos.

7- Como você se sente a respeito dos seus conhecimentos sobre Educação Financeira?

- nada seguro – gostaria de possuir entendimento sobre Educação Financeira;
- não muito seguro – Eu gostaria de saber um pouco mais sobre Educação Financeira;
- razoavelmente seguro – Eu conheço alguns assuntos que eu precisaria saber sobre Educação Financeira, mas preciso possuir mais conhecimento;
- Seguro – Eu conheço a maioria dos assuntos que eu precisaria saber sobre Educação Financeira;
- muito seguro – Eu possuo conhecimentos bastante amplos sobre Educação Financeira;

8- Em relação ao seu nível de entendimento sobre os determinados temas abaixo e considerando uma escala de 0 (zero) a 5 (cinco), sendo 0 (zero) para total falta de conhecimento e 5 (cinco) para nível elevado de conhecimento, atribua uma nota para os assuntos a seguir:

- | | | | | | | |
|---------------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| 8.1 Planejamento em longo prazo | 0 <input type="checkbox"/> | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> | 5 <input type="checkbox"/> |
| 8.2 Finanças Pessoais | 0 <input type="checkbox"/> | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> | 5 <input type="checkbox"/> |
| 8.3 Aposentadoria | 0 <input type="checkbox"/> | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> | 5 <input type="checkbox"/> |
| 8.4 Previdência Complementar | 0 <input type="checkbox"/> | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> | 5 <input type="checkbox"/> |

Terceiro Bloco – Planejamento Financeiro

9- Sobre seus rendimentos mensais:

- sempre fica sem dinheiro antes de terminar o mês e ainda fica com dívidas.
- sempre fica sem dinheiro antes de terminar o mês e consegue dinheiro emprestado com alguém para quitar o resto das dívidas.
- paga todas as contas, mas não consegue poupar nada, pois quando sobra algo acaba gastando.
- paga todas as contas, consegue poupar um percentual e ainda fica com dinheiro para algum entretenimento ou alguma eventualidade.
- paga as contas e o restante poupa.

tem como objetivo poupar um percentual ou já possui um plano de captação ou plano de previdência.

10 - Conhecer a situação da aposentadoria no Brasil é fator de importância para sua decisão de optar em fazer um planejamento em longo prazo pensando em sua aposentadoria?

- Sim, mas mesmo assim não possuo um planejamento em longo prazo.
 Sim, e por isso possuo um planejamento em longo prazo.
 Sim, estudo sobre isso para um dia poder fazer um planejamento.
 Não, pois tenho como sobreviver sem precisar de um planejamento em longo prazo.
 Outro: _____

Quarto Bloco – Previdência Complementar

11- Em relação à sua aposentadoria:

- não me preocupei com isso ainda.
 faço um plano de previdência/poupança própria para aposentadoria.
 Conto apenas com aposentadoria do Governo.
 tenho planos de começar a poupar para isso.
 não vejo necessidade de poupar para minha aposentadoria.

12- “Define-se previdência complementar/privada como um tipo de investimento em longo prazo contratado para garantir uma renda futura com o intuito de complementar os benefícios e serviços do Seguro Social básico.” A partir desta afirmativa, você possui um plano de previdência complementar?

- Sim.
 Não.

13 - Caso a resposta da questão 12 tenha sido NÃO, qual motivo abaixo acarretou em você NÃO possuir algum plano de previdência complementar?

- não possuo conhecimento suficiente sobre a previdência complementar.
 não possuo renda suficiente para este investimento.
 não acho necessário este investimento.
 prefiro investir em outros produtos financeiros ao invés da previdência complementar.
 outro: _____

14 - Sendo sua resposta SIM para a questão 13, há quanto tempo você possui um plano de previdência complementar?

- Menos que 1 ano
 Entre 1 e 3 anos
 Entre 4 e 6 anos
 Entre 7 e 9 anos
 Acima de 10 anos

15 - Qual dos motivos abaixo você considerou ao aderir um plano de previdência complementar?

- a capacidade de o INSS não pagar minha aposentadoria nos limites que necessito.
- apenas ao fato de a empresa oferecer um plano de previdência complementar fechado.
- ao entendimento de educação financeira e ao fato de pensar em ter um planejamento financeiro.
- a minha capacidade pessoal de poupança.
- outro: _____

Muito obrigado por sua participação.